

# OS RIBEIRINHOS DO MARAJÓ: NOTAS SOBRE AS PRÁTICAS TRADICIONAIS NA RELAÇÃO COM O MEIO AMBIENTE AMAZÔNICO

## MARAJÓ'S RIVERSIDE PEOPLE: NOTES ON TRADITIONAL PRACTICES IN RELATIONSHIP WITH THE AMAZON ENVIRONMENT

Andressa Santos Gonçalves **1**  
Eliane Miranda Costa **2**

**Resumo:** O artigo tem por finalidade abordar as práticas tradicionais dos povos ribeirinhos do Marajó na relação com o meio ambiente amazônico. Trata-se de um estudo qualitativo que faz uso de entrevistas semiestruturadas, com moradores de uma comunidade ribeirinha do município de Breves, estado do Pará, bem como de observações etnográficas. Os dados empíricos, em combinação com a base teórica, demonstraram que os ribeirinhos têm produzido e ressignificado ao longo dos tempos práticas tradicionais para lidar com a dinâmica do rio e da floresta. Na configuração desse processo, construíram diferentes objetos, a exemplo de rabetas e os artefatos de pesca, que ajudam a forjar suas identidades, modos de habitar e coexistir desses povos com o meio ambiente. Daí sugerimos que o modo de vida dos ribeirinhos desta região é marcado pelas práticas tradicionais reeditadas cotidianamente nas bordas da ciência moderna.

**Palavras-chave:** Ribeirinhos. Saberes Tradicionais. Modos de Vida. Marajó.

**Abstract:** The article's aim is to approach the traditional practices of the riverside peoples of Marajó in relation to the Amazonian environment. This is a qualitative study that uses semi-structured interviews with residents of a riverside community in the municipality of Breves, state of Pará, as well as ethnographic observations. The empirical data, in combination with the theoretical basis, demonstrated that the riverside people have produced and reframed, over the years, traditional practices to deal with the dynamics of the river and the forest. In the configuration of this process, they built different objects, such as motorized canoes and fishing artefacts, which help to forge their identities, ways of living and coexisting these peoples with the environment. Then we suggest that the way of life of riverside people in this region is marked by traditional practices reedited daily on the edges of modern science.

**Keywords:** Riverside People. Traditional Knowledge. Lifestyle. Marajó.

---

Mestranda em Ecologia Aquática e Pesca pelo Programa de Pós-graduação em Ecologia Aquática e Pesca da Universidade Federal do Pará (UFPA). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2234287405801176>. ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-0935-0050>. E-mail: [andressa.santos081@gmail.com](mailto:andressa.santos081@gmail.com) **1**

Doutora em Antropologia. Docente da Faculdade de Educação e Ciências Humanas do Câmpus Universitário do Marajó-Breves, da Universidade Federal do Pará (UFPA). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7752492408860587>. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-5036-3147>. E-mail: [elianec@ufpa.br](mailto:elianec@ufpa.br) **2**

## Introdução

Pensar na Amazônia Marajoara<sup>1</sup>, tendo em vista sua complexidade, é uma importante estratégia para começarmos a vê-la com outros olhos, e apreendê-la como um território plural, rico em biodiversidade, mas também em saberes culturais, tecidos cotidianamente pelos povos que habitam e praticam sua terra, seus rios. Nesse cenário de geografia movente, de culturas híbridas, cujo rio é a única via de acesso para o deslocamento das famílias, visitantes e curiosos, temos os povos ribeirinhos, grupo social que ao longo dos tempos aprendeu a forjar seu modo de vida na relação com a dinâmica de rio e floresta (ACEVEDO MARIN *et al.*, 2015).

Diegues (2001) comenta que nos países de “terceiro mundo” (denominação dada antigamente para os países subdesenvolvidos), mesmo nas florestas tropicais aparentemente vazias, vivem populações tradicionais, a exemplo de indígenas, ribeirinhas, extrativistas, pescadores artesanais – grupos sociais com dinâmicas e perspectivas culturais distintas das existentes nas sociedades urbano-industriais. Essas populações têm um jeito próprio de manejar os recursos naturais e se relacionar com o ambiente, tática de suma importância para a manutenção de seus modos de vida (COSTA, 2019). Diegues (2001) observa ainda que essa forma particular de operar com o ambiente natural faz desses povos potenciais parceiros para promover e garantir o desenvolvimento sustentável do território que tradicionalmente ocupam e praticam.

Partindo de tais pressuposto, esta pesquisa tem como sujeitos os ribeirinhos<sup>2</sup> da Comunidade Santo Antônio, distrito Antônio Lemos, município de Breves, estado do Pará. Nossa intenção epistemológica consiste em apreender como esse grupo se relaciona com o meio ambiente amazônico, em especial a floresta marajoara. Para tanto, elaboramos os seguintes questionamentos: Que práticas tradicionais são cultivadas pelos ribeirinhos da comunidade Santo Antônio na relação com o rio e a floresta no Marajó? O que essas práticas implicam para o grupo e o meio ambiente amazônico, no que concerne à preservação e ao desenvolvimento? Como essa dinâmica é percebida pelas gerações?

Tem-se por objetivo conhecer práticas tradicionais cultivadas pelo grupo estudado, a fim de operar com a dinâmica de rio e floresta no Marajó, e assim, entender a implicação dessas práticas para o modo de vida do grupo e para o meio ambiente. A perspectiva é dar visibilidade a saberes e práticas de povos tradicionais da Amazônia, quase sempre invisibilizados e tratados como “não saber”. Colocar em debate o conhecimento tradicional desses grupos é condição para questionar a relação que a ciência de orientação cartesiana tem estabelecido com o saber e a realidade local. Cabe dizer que uma das coisas que nos move em fazer ciência é fazê-la de maneira acessível, tal como defende o sociólogo português Boaventura de Souza Santos (2010).

Esta discussão está estruturada em quatro tópicos: primeiro, com base em autores como Almeida (2004; 2008), Pacheco (2009), Vilcapoma (2010) e Acevedo Marin *et al.* (2015; 2004), entre outros, tratamos de aspectos históricos do território amazônico e seus povos tradicionais, bem como conceituamos povos tradicionais e prática cultural. O texto prossegue, no segundo tópico, com a metodologia adotada no desenvolvimento deste estudo, com destaque para a inserção em campo. No terceiro tópico, aborda-se sobre os ribeirinhos e sua comunidade, identificando singularidades e formas de interação com o meio ambiente. Ao finalizar, quarto tópico, consideramos que os ribeirinhos, mesmo esquecidos e invisibilizados, têm muito a contribuir com o desenvolvimento local, por meio da produção e ressignificação de práticas tradicionais.

1 O termo “Amazônia Marajoara” será usado para ressaltar a complexidade e diversidade cultural de uma região e sua população, que historicamente, tem sido tratada pelo discurso racionalista-positivista como um espaço homogêneo, exótico e “isolado”, por meio do termo “Ilha”. A expressão Amazônia marajoara permite questionar tal discurso e reconhecer esse espaço como plural e complexo, bem como uma zona de contato interétnico.

2 Adotamos este termo não por causa de o grupo viver às margens do rio, mas, principalmente, pela forma como, ao longo dos tempos, esse grupo aprendeu a se relacionar com o ambiente amazônico, criando suas formas de sociabilidade e interação com o rio e a floresta, e os demais grupos.

## Amazônia Marajoara: história e aspecto conceitual

A Amazônia Marajoara, região rica em recursos hídricos e biológicos, nos dois primeiros séculos da colonização Amazônica, chamada de “Ilha Grande de Joanes”, caracterizou-se como um importante trunfo geopolítico à conquista portuguesa (PACHECO, 2009; COSTA, 2018). Localizada ao Norte do Brasil, na junção dos rios Amazonas e Tocantins-Araguaia, compreende uma área de 5.998.570,00 ha, formada por 16 municípios<sup>3</sup>.

A maior porção desse território é banhada pelo rio Amazonas, área localizada ao Sudoeste da Amazônia Marajoara, cuja hidrologia é barrenta. Isso confere um aspecto peculiar ao solo de suas margens: com uma exuberante mata de igapó, cortada por inúmeros igarapés, paranás e furos, chamado por Pacheco (2009) de “Marajó das Florestas”. Ao Leste, é constituído de vastos campos mistos, onde predominam gramíneas e leguminosas, nomeado de “Marajó dos Campos” (PACHECO, 2009; BRASIL, 2007).

Desde o século XVI, sua riqueza natural vem sendo agredida e explorada, bem como sua população. Como exemplo da exploração da riqueza natural é possível citar as áreas devastadas para plantação da cana-de-açúcar no período pombalino (1750-1777), a criação de cavalos, gado e búfalos, a exploração intensiva da madeira, bem como a perda de recursos hídricos e ictiofauna (ACEVEDO MARIN *et al.*, 2015).

Quanto à população nativa, cabe lembrar que antes da colonização, conforme pesquisas arqueológicas e históricas, habitava nesse território várias nações indígenas, formada por dois grupos: Aruã e Nheengaíba. Aruã, no lado oriental, falante de língua Arawak, adentrou no Marajó 200 anos antes da Colonização (1530). No lado ocidental, os Nheengaíba – significando “gente de língua incompreensível” (SCHAAN, 2009, p. 33) – eram formados por 29 nações indígenas (Anajá, Mapuá, Pacaucaca, Guajará e outros) que podem ter migrado das regiões Andinas para o Marajó.

Parte dessas nações foram escravizadas e parte dizimadas pelos colonizadores. Desse grupo se herda saberes e práticas que historicamente vêm sendo praticadas por diversos grupos que passaram a ocupar a região, a exemplo de quilombolas e ribeirinhos. Isso mostra que a região se caracteriza como terras ocupadas por povos e comunidades tradicionais. Esses grupos sociais, na relação com os nichos ecológicos, desenvolveram sistemas próprios de uso comuns e de acesso aos recursos da flora, fauna e hídricos, formando assim as “territorialidades específicas” e os conhecimentos sobre o uso e preservação do ambiente (ACEVEDO MARIN *et al.*, 2015).

Esses grupos, na verdade, forjaram seu modo de habitar, viver, trabalhar e coexistir no território. Daí falarmos de território tradicionalmente ocupado, habitado e praticado, pois não se trata apenas de um espaço geográfico de onde retiram a sobrevivência. *Território* é o lugar em que se vive, criam suas histórias, memórias, desenvolvem suas práticas, costumes, hábitos, etc. Esses grupos ajudam a sustentar a economia na região. A economia é, principalmente, de origem primária, baseada no extrativismo vegetal, na pesca, pecuária extensiva e na agricultura de subsistência (BRASIL, 2007; ACEVEDO MARIN *et al.*, 2015).

A Amazônia Marajoara é uma região rica, porém pobre em termos de políticas públicas. No âmbito da educação<sup>4</sup>, da saúde, da segurança, do saneamento básico e da habitação, é marcada pela falta investimento e responsabilidade com a gestão dos recursos, o que leva à população a viver em precárias condições, sobretudo as populações do espaço rural. Pertinente lembrar que os municípios marajoaras têm os menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH). Breves, em particular, apresentou o índice de 0,503, ocupando a posição 552ª no ranking nacional, de 556ª posições; esta última posição ocupada por Melgaço (BRASIL, 2010). Daí a importância em conhecer aspectos singulares do modo de vida de povos tradicionais dessa região, o que poderá indicar que em meio as mazelas sociais esses sujeitos criam táticas para burlar e enfrentar o descaso político.

3 Soure, Salvaterra, Cachoeira do Arari, Santa Cruz do Arari, Ponta de Pedras, Chaves, Muaná e São Sebastião da Boa Vista formam, na parte oriental, o Marajó dos Campos. Na parte ocidental, o Marajó das Florestas abarca os municípios de Curalinho, Bagre, Breves, Melgaço, Portel, Anajás, Gurupá e Afuá (PACHECO, 2006).

4 Em 2017, conforme o Censo de 2010, Breves obteve o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) de 3,5 nos anos iniciais, e 3,7 nos anos finais do ensino fundamental (BRASIL, 2010).

Cabe mencionar que em 1989, por meio da Constituição do Estado do Pará, o Marajó tornou-se uma área de proteção ambiental (art. 13, parágrafo 2º) (PARÁ, 1989); feito que corresponde aos preceitos de proteção do ambiente instituído pela Constituição Federal 1988 (CF/1988). Santos, Ferreira e Nunes (2020) lembram que esta lei torna a questão ambiental elemento de suma importância, ou seja, que requer tratamento especial por parte do Estado e da sociedade. Isso significa preservar o bioma natural, isto é, a fauna, a flora, o ecossistema, em vista do equilíbrio ecológico e, por conseguinte, a qualidade de vida da população (Art. 225). (BRASIL, 1988).

A CF/1988 tornou a questão ambiental uma responsabilidade do Estado, e da sociedade de modo geral. Com isso, os coletivos sociais, como os ribeirinhos do Marajó, têm o dever de defender e preservar o meio ambiente, em vista de “mantê-lo ecologicamente equilibrado e disponível para o uso das populações presentes e futuras”. (SANTOS; FERREIRA; NUNES, 2020, p. 146). Em outros termos, significa dizer que as comunidades e povos tradicionais têm, nesse aspecto, corresponsabilidade em manejar os recursos ambientais de forma sustentável. Daí a necessidade de abordarmos as práticas dos ribeirinhos na relação com o ambiente. Antes, porém, cabe entendermos os termos “comunidades”, “povos” e “práticas tradicionais”, inclusive do ponto de vista da legalidade.

### Comunidades tradicionais e práticas tradicionais

Quando falamos de “comunidades” ou “povos tradicionais”, deve-se levar em consideração que se trata de segmentos sociais agrupados em categorias, isto é, “comunidades”, “povos”, “cultura” que se fazem acompanhar de adjetivos como “tradicionais” ou “autóctones”. Little (2002) argumenta que essa é uma questão problemática, devido tal classificação não esclarecer as especificidades de cada grupo, o que para o autor se agrava quando, nos processos de ocupação e afirmação territorial do Estado-Nação, esses grupos têm pouco reconhecimento. Almeida (2008, p. 19) concorda com tal problemática, porém entende “povos e comunidades tradicionais” como categorias em construção que envolvem uma luta teórica e política contra os esquemas interpretativos dos “positivistas no direito”.

Serem reconhecidos como povos e comunidades tradicionais, embora a contradição que a discussão suscita, fortalece a aprovação de dispositivos constitucionais e infraconstitucionais, como a CF/1988 e a Convenção 169/1989, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), sancionada no Brasil pelo Decreto Legislativo nº 143/2002 (BRASIL, 2002).

A partir desses dispositivos, os povos e comunidades tradicionais passaram a ter suas identidades culturais legalmente reconhecidas (NAKAZONO, 2010). Na verdade, as teorias do pluralismo jurídico defendidas pelos movimentos sociais ganharam força, dando condições às populações tradicionais de permanecerem nas terras tradicionalmente ocupadas (ALMEIDA, 2004).

Referir-se ao pluralismo permite o reconhecimento do direito à diferença e à existência de direitos étnicos, “o que deslocou da própria categoria ‘populações tradicionais’ o significado de sujeitos biologizados e acionou a inclusão de gentes sociais que se autodefinem”. (COSTA, 2018). Na prática, esse processo representou a ampliação das identidades coletivas, exatamente por incorporar, conforme Almeida (2004, p. 12), a partir de critérios políticos organizativos, “uma diversidade de situações correspondentes aos denominados seringueiros, quebradeiras de coco babaçu, quilombolas, ribeirinhos, castanheiros e pescadores que têm se estruturado igualmente em movimentos sociais”.

Acevedo Marin *et al.* (2015), ao comentarem sobre esses coletivos na Amazônia, observam que se trata de coletivos com um modo singular de lidar com o ambiente, que normalmente corrobora com a preservação de práticas tradicionais e os ecossistemas. Para os autores, os quilombolas, ribeirinhos, pescadores e os conhecidos como “roceiros” da Amazônia Marajoara seguem tais preceitos (ACEVEDO MARIN *et al.*, 2015). Mas como podemos compreender essas comunidades? Autores como Almeida *et al.* (2010) e Vilcapoma (2010) nos permitem entender que as comunidades tradicionais correspondem aqueles que apresentam sua própria cultura, visão de mundo, espaço territorial e que se reconhecem como tal. Esses

povos cultivam saberes e práticas herdadas de seus ancestrais, como também ressignificam esses saberes cotidianamente na relação com outros povos e o ambiente.

Vilcapoma (2010) menciona que para melhor compreender os conhecimentos e práticas tradicionais, é preciso agrupá-los em três categorias, que são: os “conhecimentos imateriais” que abrangem a tradição oral, as histórias populares e calendários festivos; os “conhecimentos materiais”, que abrangem a ciência e tecnologia tradicional, sistema de saúde e artesanato; e os “conhecimentos de ciclo vital”, que abrangem os distintos ritos de passagem. Observa-se, assim, que os conhecimentos tradicionais agregam saberes, valores, significados, relação de simetria entre cultura e natureza (LATOURET, 2005).

Esse tipo de conhecimento pode ser entendido, nas palavras de Diegues e Arruda (2001, p. 31), como um “conjunto de saberes e saber-fazer a respeito do mundo natural e sobrenatural, transmitido oralmente, de geração em geração”. Os autores nos ensinam que para entender o modo de vida dos povos tradicionais, faz-se necessário debruçar diante da cultura desse grupo, para poder desvendar e reconhecer que os traços e as características específicas representam a cultura daquele povo, aos quais estão presentes em todas as partes, desde o modo de viver, falar, vestir, pensar, etc.

Na História, a criação das áreas de conservação chegou a desconsiderar a importância das comunidades tradicionais e sua relação com a natureza, como pode ser visto com Diegues (2001). Essas áreas conservadas, como parques, deixavam de lado o fato de que as comunidades que ali habitavam também desenvolveram uma maneira de cuidar do meio ambiente através de suas práticas cotidianas.

Acevedo Marin *et al.* (2015), Diegues (2001), entre outros autores, possibilitam dizer que diferentes práticas cultivadas por povos tradicionais corroboram para o fomento à preservação do ambiente, estabelecendo assim princípios para discutirmos a relação desses povos com o ambiente amazônico. Entendemos que as comunidades tradicionais passam por importantes mudanças em suas práticas na relação com o ambiente; e nessa dinâmica, sugere-se pensar a preservação ambiental. Na verdade, pode-se provocar reflexões que levem os sujeitos a reverem suas formas de relacionar com o ambiente.

Entendemos que as práticas ambientais são ações provenientes da experiência de vida, realizadas no dia a dia de uma pessoa, na relação com o lugar em que está inserido. Essas ações – dependendo do seu impacto – podem ser positivas ou negativas para o meio ambiente, como veremos.

## **Produzindo saberes entre rios e floresta**

A pesquisa seguiu pelo rastro da etnografia conforme os pressupostos propostos por Peirano (2014). Para esta autora, a etnografia caracteriza-se como uma abordagem teórico-metodológica, voltada para conhecer de forma densa a realidade pesquisada. Na particularidade deste estudo, a etnografia consiste na descrição e análise de uma comunidade de “pequena escala” (BEZERRA, 2011), conhecida por Santo Antônio. A comunidade está localizada no rio Furo-Grande, distrito de Antônio Lemos, município de Breves, e sua seleção para este estudo se deu por questões de logística, segurança na viagem, condições de entrada e permanência no campo de pesquisa.

Em termos didáticos, a pesquisa envolveu três etapas integradas. Na primeira, lançamos mãos da pesquisa bibliográfica, a qual nos permitiu fazer um levantamento do que já foi pesquisado sobre o tema estudado. A pesquisa bibliográfica corrobora para que o pesquisador possa guiar seus pensamentos por determinadas formulações conceituais que integram as teorias (TRIVINOS, 1987).

A segunda etapa deu-se em campo, mais especificamente na comunidade Santo Antônio. Usando uma expressão de Geertz (2009, p. 21), é o momento de “estar lá”, que se deu entre os dias 28 a 31 de janeiro de 2019; e coletamos os dados por meio de observações etnográficas, registrada no diário de campo. Esse tipo de observação permite que o pesquisador faça registros de anotações, desenhos esquemáticos e fotografias, buscando coletar o maior número de informações possíveis para a sistematização da pesquisa. Os fatos anotados foram

desde conversas informais dos moradores no dia a dia, como relatos sobre a rotina das famílias, suas interações com outras comunidades e com a parte urbana. Também fotografamos os artefatos produzidos artesanalmente pelos ribeirinhos, com a devida autorização do grupo.

Além da observação, também realizamos entrevistas semiestruturadas com três moradores, sendo estes: um homem e duas mulheres, que foram identificados, respectivamente, como H24, M31 e M64 (no qual o “M” ou “H” indicam o sexo, e os números seguintes, a idade dos entrevistados). Após dois dias conhecendo a comunidade, visitando as pessoas e ouvindo suas histórias, selecionamos três pessoas adultas (de residências distintas) que soubessem contar sobre a história da comunidade, bem como acerca das práticas tradicionais cultivadas no cotidiano na relação com o ambiente.

As entrevistas foram realizadas na casa dos depoentes, conforme combinado, e foram guiadas por um roteiro flexível, contendo questões abertas que serviram para nortear a entrevista. Como abordam Rosa e Arnoldi (2008), nesse tipo de entrevista as questões devem ser formuladas de forma que permitam ao sujeito liberdade para discorrer sobre suas memórias, pontos de vista, tendências e reflexões acerca do tema pesquisado. Durante as entrevistas, os depoentes ficaram bem à vontade, não se importaram com a gravação, a qual foi feita de acordo com o consentimento dos mesmos e expressos no Termo de Consentimento Livre Esclarecido. Em cada narrativa, foi possível perceber a preocupação dos relatores com a comunidade e os saberes e práticas que cultivam.

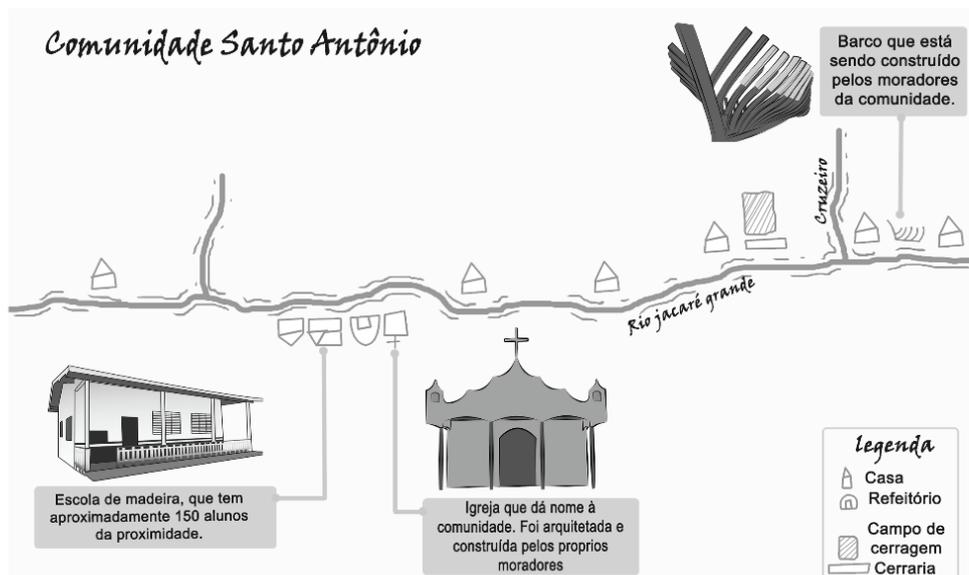
Na terceira etapa, realizada no “estar aqui”, para retomar Geertz (2009, p. 21), as entrevistas foram transcritas de forma literal, apenas suprimindo as repetições, no sentido de respeitar o máximo a perspectiva de nossos interlocutores. Após a transcrição, as entrevistas foram devolvidas aos interlocutores. Nesse momento, uma entrevistada acrescentou informações, e para isso, gravamos outro áudio. Os outros dois entrevistados apenas mostraram objetos e lugares que estavam presentes em suas respostas. Esse exercício foi importante para respeitar ao máximo as narrativas dos interlocutores, e, ao mesmo tempo, reforçar a postura ética desta pesquisa.

Feita a transcrição das entrevistas, digitação do diário de campo, a organização e sistematização dos dados, passamos então à sua análise e interpretação. Neste exercício, agrupamos as respostas conforme as perguntas; e as respostas que apresentaram conteúdo semelhante foram agrupadas e sintetizadas como apresentando a mesma visão; e as respostas divergentes a elas foram separadas, sempre atreladas com os dados observados e a base teórica, gerando os resultados que serão apresentados a seguir.

## **Comunidade Santo Antônio: práticas e modos de se relacionar com o ambiente**

Para ser uma comunidade entre os povos da floresta no Marajó, a Igreja, em especial a católica, deve-se fazer presente. Em outros termos, sem a presença dessa instituição os coletivos da floresta não se consideram comunidades. Isso significa dizer que a igreja é “um bem comum”, e como tal, os torna comunidade. Seguindo tal tradição, na vila e comunidade Santo Antônio, as casas foram organizadas espacialmente próximas da igreja Santo Antônio, como se observa na Figura 1.

Figura 1. Comunidade Santo Antônio.



Fonte: Arquivos da pesquisa (2019).

Os moradores residentes mais próximos da igreja fazem parte de uma mesma família; inicialmente compartilhavam o mesmo lar, mas com o tempo foram constituindo suas próprias famílias e construindo suas casas. Para explicar a diferença da comunidade, para a vila, um dos entrevistados (H24) relatou:

Quando é uma vila, por exemplo: Ah! Nós queremos fazer uma vila aqui, então, faz com que todos os moradores morem aqui, faz uma ponte grande. Aí a capela, as comunidades [...]. As famílias todas moram uma pertinho da outra, mas aqui é diferente, aqui é a comunidade Santo Antônio, mas uma família mora, meia distante uma da outra, só os familiares, assim como os meus, que moram mais próximos uma da outra.

A narrativa acima permite compreender que vila e comunidade são coisas completamente diferentes. Nas vilas, os moradores se encontram mais agrupados, e nas casas, interligadas por pontes, quase sempre os moradores pertencem à mesma família, enquanto as comunidades envolvem tanto as pessoas que moram na vila, os parentes que moram mais próximos, como pessoas de outras famílias que moram em diferentes pontos da área, demarcadas como comunidade. Daí sugerir que são comunidades, porque estão ligadas pela dimensão espacial, amizade, parentesco e compadrio, bem como por interesses políticos (AUTOR, 2018).

Voltando nosso olhar para o desenho da vila e comunidade (Figura 1), podemos perceber que as casas são afastadas uma das outras, e não são interligadas por pontes, característica também ressaltada pelos interlocutores. Estes, indagados sobre as mudanças ocorridas na rotina da comunidade ao longo dos tempos, destacaram que as principais mudanças foram provocadas pelo meio de transporte e a migração/deslocamento de parte das famílias para cidade.

Narraram:

Olha, antes na época que eu me entendi [...], a utilização dos transportes que era, era mais remos, né? Hoje em dia com o avanço da tecnologia as pessoas utilizam mais o barco e a

rabeta<sup>5</sup>, que chamamos de biquitinha, né. [Biquitinha?]. É. As pessoas, a maioria, elas mudaram para cidade devido à educação dos seus filhos que ainda é precária aqui na Zona Rural e, enfim, então desde lá pra cá ocorreu uma mudança muito grande. (M31, 2019).

Olha, a comunidade era muito *pequena* quando nós começamos a frequentar ela [...], a minha filha tinha oito mês. Essa uma que tá com 44 anos. Aí a comunidade começou aí que é. E aí de lá pra cá, ela [...], depois da igreja *passou prum vizinho passou pru outro*. Aí a comunidade tá avançada, tá ficando importante né? (M64, 2019, grifos das autoras).

As mudanças na comunidade destacadas no primeiro relato estão relacionadas ao uso do transporte, que passaram da canoa ao remo, movido pela atração humana, para a rabeta conduzida por um motor. Nesse contexto, para as viagens rápidas, isto é, quando precisam se deslocar para lugares próximos ou com pequena e/ou média distância, os mais idosos preferem fazer uso de canoas a remo, pois acham melhor, visto ser possível levar netos e filhos em uma mesma canoa até o lugar desejado. Porém, quando se trata dos mais jovens, a preferência para se locomoverem rio acima e rio abaixo é pelas rabetas. Conforme os entrevistados M64 e H24, se não tiver a gasolina, os jovens nem saem de casa. O que deixa claro que as gerações mais novas estão apresentando novos hábitos com relação aos meios de transportes utilizados.

Já a segunda narrativa fala do crescimento populacional da comunidade, que se reflete na quantidade de moradias. A interlocutora, usando como parâmetro a idade da filha, nos indica como a comunidade cresceu ao longo de quatro décadas. Um fenômeno peculiar é que as moradias foram sendo ocupadas por diferentes famílias. Aliás, uma comprava da outra e assim, a comunidade foi se desenvolvendo e crescendo. Outra questão que chama a atenção nas narrativas diz respeito à migração de muitas famílias para a cidade, fato que ocorre em função do estudo dos filhos, pois como se observa na primeira narrativa, a educação no meio rural é precária, não atende as necessidades educativas de crianças e jovens ribeirinhos.

Em muitas comunidades rurais do Marajó a educação escolar não ultrapassa a barreira dos anos iniciais do ensino fundamental, organizada em classes multisseriadas. De acordo com Hage (2005), essas classes agregam alunos de diferentes níveis de aprendizagem e faixa etária, conduzidas por um único professor, e quase sempre funcionam em precárias condições. É essa a realidade de escola que os ribeirinhos da comunidade Santo Antônio conhecem, o que contribuiu para que muitas famílias deixassem o campo, sobretudo a partir da década de 1990, fato que implicou aumento da população urbana, e por conseguinte, a abertura de novos bairros na cidade de Breves.

Os entrevistados também ressaltaram que o deslocamento populacional frequente na comunidade ocorre por diversas questões, tais como: procura por melhores condições de vida, visto no campo, terem poucas perspectivas em relação aos estudos dos filhos, como mencionado acima. Além disso, esses povos não dispõem de serviços de saúde, logo, quem necessita de acompanhamento médico, precisa ir à cidade. São vários os fatores que contribuíram para que muitas famílias migrassem dessa comunidade para o espaço urbano.

As famílias que permanecem no território, para os interlocutores, têm a comunidade como parte de sua formação identitária, a exemplo, dos entrevistados H24 e M31, que se deslocam uma vez na semana à cidade de Breves, para estudar. Esses ribeirinhos estão cursando o ensino superior; e diferentemente das pessoas que migraram, eles permanecem na comunidade. Apenas se deslocam para estudar, mas quando não estão estudando retornam à comuni-

---

<sup>5</sup> Canoas ou cascos feitos em madeira, movida por um pequeno motor (que funciona com gasolina) colocado na popa, acompanhado de um eixo com aproximadamente três metros de comprimento, com uma hélice presa na ponta. A capacidade de passageiros das rabetas pode variar de 1 a 10 pessoas. Esse artefato é confeccionado pelos ribeirinhos e, esse processo, exige dos mesmos não só conhecimentos acerca do tipo de madeira, mas a forma, o tamanho, ou seja, a habilidade técnica para produzir a rabeta, que revela performance e código que traduz a relação ente sujeitos e ambiente.

dade a qual pertencem. Revelaram que têm por objetivos trabalharem na própria comunidade.

Cabe observar que todos os entrevistados moram na comunidade desde que nasceram. Quando o entrevistado H24 foi questionado sobre a sua permanência, apesar das dificuldades encontradas na educação, saúde e alimentação e segurança, narrou:

Minha família ainda é muito tradicional [...], nunca gostaram que a gente fosse morar em outro local, que fossemos estudar. Tanto quando os meus tios, os homens né e, tanto quanto as mulheres também. Eles constituíram as famílias deles e tiveram que vir morar pra cá, e, por exemplo, a mamãe não é dessa localidade ela é do rio Jacarezinho, de outra localidade e quando ela casou com meu pai ela veio morar pra cá, veio residir na comunidade e eu particularmente nunca fui morar em outro *local*, eu saí para estudar sim, mas voltava. (H24, 2019, grifo das autoras).

O depoimento ressalta o sentimento de pertença do interlocutor com o lugar que tradicionalmente habita e trabalha. Há uma relação não apenas com o espaço em si, mas com a história que sua família construiu. Não é apenas uma demarcação geográfica ocupada, é, sobretudo, um “lugar de memória” (NORA, 1993), de produção identitárias, de construção de costumes, hábitos, culturas, ou seja, é o território transformado pelo trabalho na relação estabelecida com o ambiente. (DIEGUES; ARRUDA, 2001; ACEDO MARIN, 2004).

Compartilhando do sentimento de pertença, a entrevistada M64 afirma que não consegue se acostumar em outro lugar:

[...] eu gosto muito de morar na terra que meu pai deixou, né. Aí eu não me acostumo na cidade [...]. Por que a senhora não se acostuma?. Porque eu num me acostumo. É muito carapanã, mas não me acostumo mesmo. [...]. Olha, eu fui pra Belém, passei um mês em Belém com a minha sogra, fui pra Tomé a Sul, passei oito meses mais não me acostumei. [O que a senhora acha diferente?]. Olha, na cidade é difícil porque tudo é comprado. E no interior não, a gente planta limão, a pessoa vai pra bera [margem do rio] e pesca um peixe, põe matapi, vem o camarão. Né. Aí. Tá feito. (M64, 2019).

A narrativa mostra que a questão do pertencimento com o lugar é uma construção histórica, familiar, que começa desde criança. Verifica-se que não é apenas o apego ao lugar como espaço físico propriamente dito, mas ao seu modo de vida, ao fato de poder plantar e pescar, conhecer os rios, a floresta e sua dinâmica, o que pode ser interpretado como uma forma de liberdade construída na relação com o natural. Na cidade, com outra lógica, essas atividades, obviamente, não podem ser feitas; com isso os mais velhos, como M64, sentem-se limitados, por isso dizer que não gostam de morar no espaço urbano (VILCAPOMA, 2010).

A narrativa revela ainda que esses sujeitos têm suas próprias práticas para cultivar o rio e a floresta, e assim garantir sua sobrevivência. Para pegar o peixe, o camarão, aprenderam técnicas e práticas que vêm sendo transmitidas pelas gerações. O matapi (artefato confeccionado, principalmente, com a tala do arumã – vegetação típica da Amazônia), usado para pegar o camarão, é um exemplo típico dessas práticas. Outro exemplo, anteriormente citado, é o casco a remo; e nos tempos atuais, a rabeta e o barco, movido a motor.

O casco, o barco e a rabeta são os artefatos responsáveis pela mobilidade dos ribeirinhos para acessar o próprio rio (no caso, é a rua desse grupo), a floresta, as demais comunidades e a cidade. Não são simples artefatos, com eles, navegam rio a baixo, rio acima, transportando vida, conhecimento, trabalho, mercadoria, sonhos e muitos outros. Esses artefatos

indicam que as práticas se modificam, o que depende do contexto social e econômico vivido pelos sujeitos. Fato que podemos verificar no relato da entrevistada M64. Esta depoente, ao se remeter às práticas da pesca, observou que os mais novos não sabem utilizar as artes de pescas praticada pelos pais e avós.

Conforme sua narrativa, os jovens não sabem “a maneira correta de fazer a tapagem do rio para que a barragem não desmorone”. Eles não sabem, porque não procuram aprender, não se interessam, observou a interlocutora. Por um lado, essa falta de interesse dos mais jovens compromete a preservação e manutenção de práticas tradicionais. Por outro, indica uma nova reorganização da comunidade, percebidas pelos próprios moradores, o que depende, como já comentado acima, do contexto vivido.

Tratando das mudanças e manutenção das práticas, o entrevistado H24 nos contou sobre o desaparecimento da “cultura do timbó”. De acordo com sua narrativa, no passado, quando as pessoas tapavam (fechavam uma parte do rio e igarapé com o pari, artefato feito de tala do arumã, semelhante um tapete), faziam uso do timbó, que são vegetais com seiva venenosas (HEIZER, 1949); e, com isso, matavam todos os peixes e outros animais presentes no rio, causando danos para o ambiente.

Relata o interlocutor: “as pessoas tapavam grandes igarapés e tudo que era vida morria”. (M64, 2019). Lembra ele que, às vezes, se usava o timbó para pegar apenas um peixe, sem se importar com os outros animais que acabavam morrendo, mostrando-se uma prática muito prejudicial ao meio ambiente. Mas, essa é uma prática que os ribeirinhos não cultivam atualmente. Outra mudança destacada pelo interlocutor diz respeito à extração da madeira, feita em função da carência econômica das famílias, o que acabava por beneficiar os madeireiros da região, como mostra Leão (2014).

De acordo com Leão (2014), nos anos de 1970 e 1980, a madeira era o principal produto e atividade econômica do município de Breves e região. A madeira atraiu várias empresas e empresários que se instalaram e, por décadas, exploraram esse recurso natural, bem como o povo, que em detrimento de suas necessidades econômicas, foram levados a investir na exploração da madeira, como ocorreu na comunidade Santo Antônio.

Atualmente, o investimento econômico dessa comunidade, tal como na região, tem sido a venda do açaí. Esse é um dos principais produtos e atividades das comunidades ribeirinhas, que conforme o interlocutor, vem sendo explorado com o devido cuidado, isto é, acompanhado da técnica do reflorestamento, limpeza dos terrenos e o manejo que algumas famílias vêm fazendo. O entrevistado ressalta que apesar de saberem que o manejo possibilita a venda de açaí durante o ano inteiro, seus familiares preferem esperar o momento da safra, que é de julho a novembro, porque não é apenas um produto para ser comercializado, faz parte da alimentação dessas famílias. O açaí é, ao lado da farinha, o principal produto da cesta básica dos ribeirinhos.

Durante nosso percurso etnográfico, observamos que na preparação do alimento, em especial o processamento do açaí, as práticas também vêm mudando. Antes, o açaí era amassado no alguidar (artefato feito de barro) e coado na peneira (objeto confeccionado pelas mulheres mais velhas na comunidade, com a tala do arumã), mas agora é processado na batedeira elétrica, conforme observou a entrevistada M64.

Dentro desse quadro de mudanças, destaca-se também o tratamento da água usada no consumo diário e a queima do lixo, que antes era jogado no rio, mas que passou a ser queimado após orientação do agente comunitário de saúde, conforme relatou um dos entrevistados. Os interlocutores reconhecem que têm suas próprias práticas para se relacionarem com o rio e a floresta. São práticas apreendidas com seus antepassados, mas que vêm sendo ressignificadas ao longo dos tempos, considerando as condições e necessidades da comunidade e do ambiente.

Esses sujeitos entendem que precisam cuidar de seu território; por isso, as práticas que podem prejudicar o ambiente foram excluídas, como é o caso da pesca com o timbó. Isso mostra que para esse coletivo o espaço rural não é apenas um meio natural, trata-se, de igual modo, de um espaço que carrega consigo uma história. É assim um contexto marcado pelo sentimento de pertença, principal marca da construção identitária do grupo, como se constata

neste relato:

Olha, a natureza, a gente vê muita coisa boa na natureza, é. Eu gosto de ir pro mato, pra natureza, [...]. Tá remando no igarapé. Aí eu acho bonita a natureza. Em casa tem açaizal no terreiro e eu acho bonito. Quanto tá no verão preteja de açaí. Aí eu gosto (M64, 2019).

Diferentemente da concepção conservacionista, geralmente associada a ideias preservacionistas e antropocêntricas, nas comunidades tradicionais, como a de Santo Antônio, o meio ambiente faz parte da sua construção social. Daí corroborar com Diegues (2001) de que esses povos são potenciais sujeitos para preservar o ambiente.

Não podemos deixar de notar nesse cenário a exploração dos recursos naturais impulsionado pelos ciclos econômicos, que causaram (e continuam a causar) prejuízos profundos à natureza. Na comunidade Santo Antônio, destacam-se as marcas do ciclo da borracha, fins do século XIX até 1912, evidenciadas nas seringueiras que encontramos na comunidade (Figura 2), bem como nas memórias de moradores, que na época trabalharam na extração do látex com os pais. Além das memórias e das seringueiras, têm-se ainda artefatos achados na mata, a exemplo do recipiente (tigela) de barro usado na coleta do látex (Figura 3), conforme mencionou o entrevistado H24.

**Figura 2.** Árvore de seringueira e as marcas dos cortes realizados na retirada do látex.



**Fonte:** Arquivos da pesquisa (2019).

**Figura 3.** Artefato usado na coleta do látex. Vasilhas de barro.



**Fonte:** Arquivos da pesquisa (2019).

A Amazônia e sua riqueza natural, desde a Colonização, tem sido produto de cobiça do capital; assim, nos diferentes ciclos econômicos ao longo dos tempos, algum produto, como a seringueira, a madeira, já mencionada, tornaram-se a principal moeda. Atualmente, o interesse por esse território continua. É possível dizer que se vive nos dias de hoje um novo colonialismo – a do capital neoliberal, que vê a Amazônia como o lugar do lucro. Isso explica a falta de uma política agrária séria que promova a regularização fundiária e assegure aos povos da floresta o direito de permanecer no território que tradicionalmente habitam.

Observamos que esses ciclos econômicos e a falta de políticas públicas no campo impõem mudanças nas práticas e vida desses povos. Desde criança, precisaram aprender a lidar com o trabalho na seringa, na roça, entre outros, como é possível identificar no depoimento da entrevistada M64. Esta interlocutora, quando questionada sobre os motivos que a levaram deixar de estudar, esclareceu que ajudava o pai no trabalho. Lembrou que quando criança acompanhava os pais na extração da seringa. Comenta ela: “É lavoura, é. [...] era seringueira. Eu ia cortar seringueira com eles, já que era só e não tinha filho grande, por isso eu desisti de estudar”. (M64, 2019).

Além das marcas encontradas na comunidade e nas memórias dos moradores sobre deixar os estudos para trabalhar, observamos ainda a existência de vários artesanatos, o que revela um pouco de suas práticas e saberes tradicionalmente herdados. Percebemos que a matéria-prima utilizada na produção dos mesmos (Figura 4) são as mais diversas, como os pedaços de madeira (usados na confecção de pequenos chaveiros), tala de arumã (para confecção de peneiras), cascos de jabutis (estes são decorados com desenhos e pinturas) e sementes, como o mururu e o bole-bole, usados na confecção de chaveiros e outros. Tais artefatos são utilizados tanto na decoração das casas como para a comercialização. Cabe registrar que o entrevistado H24 viaja para várias cidades vendendo suas artes o que contribui para divulgar seus saberes e ampliar sua renda.

**Figura 4.** Artesanatos produzidos pelos moradores da comunidade Santo Antônio.



**Fonte:** Arquivos da pesquisa (2019).

Detalhadamente, podemos observar que a primeira imagem da Figura 4, isto é, a pintura de uma mulher negra, chamada “Mariama”, é feita no casco do jabuti, animal encontrado na região; a segunda imagem é um chaveiro produzido artesanalmente com restos de madeira, utilizada na construção de rabetas; e a terceira imagem, é um artesanato feito com tala de arumã, utilizado para decoração da igreja.

Os artefatos em destaque resultam de um processo que misturam diferentes saberes, práticas aprendidas e ressignificadas ao longo dos tempos. Tal processo ajuda a demonstrar que a construção da identidade cultural e social de um indivíduo, grupo, envolve saberes e práticas apreendidas com os ancestrais e demais coletivos, bem como na relação com a natureza. É uma dinâmica que entrelaça temporalidades distintas, como mostram os entrevistados, que por meio das lembranças integram passado e presente. O passado, além disso, é lembrado no presente, sendo a base de sustentação para as práticas tradicionais, que se revela, por

meio dos artefatos, em performance, símbolos e códigos que traduzem a relação entre cultura e natureza.

### Considerações Finais

A pesquisa colocou em destaque os ribeirinhos da comunidade Santo Antônio e suas práticas na relação com o meio ambiente. Esse grupo social da Amazônia Marajoara, ao longo dos tempos, por meio da oralidade, detém saberes, práticas tradicionais, reeditadas cotidianamente na borda da ciência moderna de orientação eurocêntrica. Com essas práticas, esse coletivo fez do rio e da floresta o território, onde habitam, trabalham, vivem e coexistem.

É um grupo que cultiva práticas para garantir a mobilidade entre campo e cidade; sustentar a economia local e a sobrevivência das famílias, a exemplo da venda do açaí, a pesca do camarão com o matapi, a pesca do peixe com a tapagem. A técnica da tapagem é vista por ambientalista como uma técnica nociva ao meio ambiente, o que pode indicar que determinadas práticas tradicionais implicam prejuízos para o ecossistema.

O que observamos com as narrativas e a etnografia empreendidas é que as práticas adotadas pelos ribeirinhos demonstram a interação do grupo com o meio ambiente, mas não de forma danosa para esse bioma. Ao contrário, percebemos que esse grupo se preocupa com a preservação de seu território, pois significa a manutenção da vida. São práticas que mostram a forma como o grupo explora a natureza, mas se comparadas à exploração da borracha, da madeira, por exemplo, não representa a ameaça que essas explorações implicaram à região.

Daí sugerimos que as práticas tradicionais cultivadas pelos ribeirinhos estão relacionadas ao modo de habitar e coexistir no ambiente. Percebemos que ao longo dos anos a comunidade e as pessoas passaram por um processo de construção que inclui o lugar, as práticas e os saberes. Nesse viés, a pesquisa tem muito a contribuir, dando visibilidade, em especial, às práticas e vozes emudecidas desses povos, que, historicamente, foram esquecidos e silenciados.

Dar visibilidade às práticas e saberes dos povos tradicionais é condição para que estes possam afirmar suas identidades e serem reconhecidos como sujeitos de direito. É condição ainda para questionarmos a ciência moderna e a colonialidade, que ao longo da História tem reservado aos grupos sociais, como os povos ribeirinhos do Marajó, à marginalidade.

### Referências

ACEVEDO MARIN, R.E. **Julgados da terra**: cadeias de apropriação e atores sociais em conflito na Ilha de Colares. Belém, PA: Editora UFPA, 2004.

\_\_\_\_\_. *et al.* **Povos tradicionais no arquipélago do Marajó e políticas de ordenamento territorial e ambiental**. Rio de Janeiro: Casa 8, 2015.

ALMEIDA, A. W.B. de. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. **Estudos Urbanos e Regionais**, v. 6, n. 1, p. 9-32, 2004. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/102>. Acesso em: 12 jun. 2019.

\_\_\_\_\_. **Terras de quilombos, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, “faxinais e fundos de pasto**: terras tradicionalmente ocupadas. 2. ed. Manaus: PGSCA/UFAM, 2008.

\_\_\_\_\_. *et al.* Mapeamento social como instrumento de gestão territorial contra o desmatamento e a devastação Processos de capacitação de povos e comunidades tradicionais. In: \_\_\_\_\_. **Conhecimentos tradicionais e territórios na Pan-Amazônia**. Caderno de debates nova cartografia social, v. 1, n. 1, p. 125-138, 2010. Disponível em: [https://www.academia.edu/9028965/Caderno\\_de\\_debates\\_nova\\_cartografia\\_social\\_Vol\\_01\\_no\\_01\\_Conhecimentos\\_tradicionais\\_na\\_Pan-Amaz%C3%B4nia](https://www.academia.edu/9028965/Caderno_de_debates_nova_cartografia_social_Vol_01_no_01_Conhecimentos_tradicionais_na_Pan-Amaz%C3%B4nia). Acesso em: 20 set. 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Capítulo VI – Do Meio Ambiente, Art. 225. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao).

htm. Acesso em: 27 mar. 2020.

\_\_\_\_\_. Decreto Legislativo nº 143, de 2002. Aprova o texto da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre os povos indígenas e tribais em países independentes. **Diário Oficial da União**, Brasília, Seção 1, 21 jun. 2002. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/2002/decretolegislativo-143-20-junho-2002-458771-norma-pl.html>. Acesso em: 20 out. 2019.

\_\_\_\_\_. Governo Federal. **Plano de desenvolvimento territorial sustentável para o arquipélago do Marajó**: resumo executivo da versão preliminar para discussão nas consultas públicas / Grupo Executivo Interministerial. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2007. Disponível em: <http://www.sudam.gov.br/index.php/planos-de-desenvolvimento/87-plano-de-desenvolvimento/316-plano-de-desenvolvimento-territorial-sustentavel-do-arquipelago-do-marajo>. Acesso em: 20 set. 2019.

\_\_\_\_\_. IBGE. **Atlas do censo demográfico [Glossário]**, 2010. Disponível em: [https://censo2010.ibge.gov.br/apps/atlas/pdf/209\\_213\\_Glossario\\_ATLASDEMO%202010.pdf](https://censo2010.ibge.gov.br/apps/atlas/pdf/209_213_Glossario_ATLASDEMO%202010.pdf). Acesso em: 11 maio 2019.

BEZERRA, M. “As moedas dos índios”: um estudo de caso sobre os significados do patrimônio arqueológico para os moradores da Vila de Joanes, ilha de Marajó, Brasil. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.**, v. 6, n. 1, p. 57-70, 2011. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1981-81222011000100005&script=sci\\_abstract&tIng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1981-81222011000100005&script=sci_abstract&tIng=pt). Acesso em: 11 maio 2019.

COSTA, E. M. **Memórias em escavações**: narrativas de moradores do rio Mapuá sobre os modos de vida, cultura material e preservação do patrimônio arqueológico (Marajó, PA, Brasil). 2018. 334 f. Tese (Doutorado) — Programa de Pós-graduação em Antropologia (PPGA), Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

\_\_\_\_\_. Os “povos ribeirinhos” e a reserva extrativista no rio Mapuá no Arquipélago de Marajó, Brasil. In: CASTILHO, D.B. de (org.). **A interlocução de saberes na Antropologia**. Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. p. 67-83. Disponível em: <https://www.atenaeditora.com.br/arquivos/ebooks/a-interlocucao-de-saberes-na-antropologia>. Acesso em: 20 set. 2019.

DIEGUES, A.C.S. **O mito moderno da natureza intocada**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

DIEGUES, A.C.S.; ARRUDA, R.S.V. **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: MMA, 2001. Disponível em: <https://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/750/2/Biodiversidade%20e%20comunidades%20tradicionais%20no%20Brasil.pdf>. Acesso em: 11 maio 2019.

GEERTZ, C. **Obras e vidas**: o antropólogo como autor. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

HAGE, S.A.M. Classes multisseriadas: desafios da educação rural no Estado do Pará/Região Amazônica. In: **Educação do campo na Amazônia**: retratos de realidade das escolas multisseriadas no Pará. Belém, PA: Gráfica e Editora Gutemberg Ltda, 2005. Disponível em: [http://educampo.miriti.com.br/arquivos/File/Livro\\_Geperuaz.pdf](http://educampo.miriti.com.br/arquivos/File/Livro_Geperuaz.pdf). Acesso em: 11 maio 2019.

HEIZER, R.F. **The Comparative Ethnology of South American Tribes**. Washington, DC: Smithsonian Institution, 1949. Vol. 5. p. 95-99.

LATOUR, B.A. **Reassembling the Social**: An Introduction to Actor-Network-Theory. Oxford, UK: Oxford University Press, 2005.

LEÃO, D. do S.de S. **O porto em narrativas**: experiências de trabalhadores, moradores e fre-

quentadores da área portuária de Breves-PA (1940-1980). 2014. 162 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

LITTLE, P.E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Série Antropologia**, p. 251-290, 2002-2003. Disponível em: <http://www.nute.ufsc.br/bibliotecas/upload/paullittle.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2020.

NAKAZONO, E.M. O “mateiro” e a pesquisa científica. In: ALMEIDA, A. W. B. Conhecimentos tradicionais e territórios na Pan-Amazônia. **Caderno de Debates Nova Cartografia Social**, v. 1, n. 1, p. 64-71, 2010. Disponível em: [https://www.academia.edu/9028965/Caderno\\_de\\_debates\\_nova\\_cartografia\\_social\\_Vol\\_01\\_no\\_01\\_Conhecimentos\\_tradicionais\\_na\\_Pan-Amaz%C3%B4nia](https://www.academia.edu/9028965/Caderno_de_debates_nova_cartografia_social_Vol_01_no_01_Conhecimentos_tradicionais_na_Pan-Amaz%C3%B4nia). Acesso: 20 set. 2019.

NORA, P. Entre História e Memória – a problemática dos lugares. **Projeto História 10**, PUC-SP, p. 7-28, 1993. Disponível em: <https://www.pucsp.br/projetohistoria/downloads/revista/PHistoria10.pdf>. Acesso em 18 fev. 2019.

PACHECO, A.S. **En el corazón de la Amazonia**: identidades, saberes e religiosidades no regime das águas marajoaras. 2009. 354 f. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/13141>. Acesso em: 05 jul. 2019.

\_\_\_\_\_. **À margem dos “Marajós”**: cotidiano, memórias e imagens da “Cidade-Floresta” Melgaço-PA. Belém, PA: Paka-Tatu, 2006.

PARÁ. Constituição do Estado do Pará (1989). **Capítulo I – Disposições preliminares**, Art. 13. Disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/243099/CE\\_PA\\_EC\\_080-2019.pdf?sequence=14&isAllowed=y](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/243099/CE_PA_EC_080-2019.pdf?sequence=14&isAllowed=y). Acesso em: 27 mar. 2020.

PEIRANO, M. Etnografia não é método. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, Ano 20, n. 42, p. 377-391, jul./dez. 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832014000200015>. Acesso em: 22 set. 2019.

ROSA, M.V. de F.P. do C.; ARNOLDI, M.A.G.C. **A entrevista na pesquisa qualitativa**: mecanismos para validação dos resultados. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

SANTOS, B. de S. **Decolonizar el saber, reinventar el poder**. Ciudad de Mexico: Trilce, 2010. Disponível em: [http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/Descolonizar%20el%20saber\\_final%20-%20C%C3%B3pia.pdf](http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/Descolonizar%20el%20saber_final%20-%20C%C3%B3pia.pdf). Acesso em: 19 fev. 2019.

SANTOS, D. B. dos; FERREIRA, L.M.; NUNES, J.B. Política social e meio ambiente: uma análise da relação entre questão social e impacto ambiental. Revista **Humanidades e Inovação**, v. 7, n. 4, p. 143-152, 2020. Disponível em: <https://revista.unitins.br>. Acesso em: 17 mar. 2020.

SCHAAN, D.P. **Marajó**: arqueologia, iconografia, história e patrimônio. Erechim, RS: Habilis, 2009.

TRIVINOS, A.N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VILCAPOMA, J.C. Conocimientos tradicionales de los pueblos indígenas em el Perú: um necessário replanteamiento. In: **Conhecimentos tradicionais e territórios na Pan-Amazônia**. Caderno de debates nova cartografia social, vol. 01, n. 1, p. 47-54, 2010. Disponibilidade

em: [https://www.academia.edu/9028965/Caderno\\_de\\_debates\\_nova\\_cartografia\\_social\\_Vol\\_01\\_no\\_01\\_Conhecimentos\\_tradicionais\\_na\\_Pan-Amaz%C3%B4nia](https://www.academia.edu/9028965/Caderno_de_debates_nova_cartografia_social_Vol_01_no_01_Conhecimentos_tradicionais_na_Pan-Amaz%C3%B4nia). Acesso em: 20 set. 2019.

**Fontes Orais**

C. R. C. [24 anos]. [jan. 2019]. Andressa Santos Gonçalves. Breves, PA, em 31/01/ 2019.

F. M. F. P. [64 anos]. [jan. 2019]. Andressa Santos Gonçalves. Breves, PA, em 31/01/2019.

M. V. P. [32 anos]. [jan. 2019]. Andressa Santos Gonçalves. Breves, PA, em 30/01/ 2019.

Recebido em 30 de março de 2020.

Aceito em 15 de junho de 2020.